

RECURSO ADMINISTRATIVO COM PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Referência: Edital de Chamamento Público nº 08/2025 – SEJUS/DF

Processo: NUPP 0002-02-000000003536/0025-14

Proposta nº: 972

Proponente: Instituto Transformar e Renovar – CNPJ 05.673.056/0001-20

Objeto: Termo de Colaboração – *Protagonista da Casa*

À Comissão de Seleção e Habilitação da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS/DF

I – SÍNTESE FÁTICA

O Instituto Transformar e Renovar, organização da sociedade civil regularmente constituída e inscrita no CNPJ nº 05.673.056/0001-20, apresentou a Proposta nº 972, no âmbito do Edital de Chamamento Público nº 08/2025, com valor global de R\$ 1.500.000,00, para execução do projeto “*Protagonista da Casa*”.

A proposta obteve nota técnica final de 26,00 pontos, sendo a maior pontuação entre todas as entidades participantes, conforme registro na Plataforma Parcerias GDF (MROSC-DF).

Contudo, a proposta foi indevidamente desclassificada, sob a justificativa de “não atendimento integral ao item 6.3.10 – Elenca Regiões Administrativas distintas das previstas no Edital”.

Todavia, como amplamente demonstrado no ANEXO II – Roteiro de Elaboração de Proposta (03/11/2025), no Plano de Trabalho e demais anexos técnicos, o projeto contempla todas as Regiões Administrativas exigidas no edital, de modo que o motivo da desclassificação decorre exclusivamente de erro material de digitação no campo eletrônico da plataforma, sem qualquer reflexo no mérito técnico ou na conformidade da proposta.

II – DO DIREITO AO REEXAME OBRIGATÓRIO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA

A desclassificação fundamentada em erro material configura vício formal sanável, razão pela qual a Comissão de Seleção tem o dever jurídico de reavaliar a decisão, nos termos do art. 33, §3º, da Lei Federal nº 13.019/2014, que dispõe:

“A administração pública deve oportunizar a correção de falhas formais nas propostas apresentadas, desde que tais falhas não alterem o conteúdo ou o mérito da proposta.”

O Decreto Distrital nº 39.425/2018, que regulamenta a Lei nº 13.019/2014 no âmbito do Distrito Federal, reforça esse comando em seu art. 25, §2º, determinando que:

“A Comissão de Seleção deverá permitir o saneamento de vícios formais ou de natureza material que não comprometam a isonomia entre os proponentes ou o mérito das propostas.”

A omissão desse dever acarreta vício de legalidade e nulidade do ato administrativo, por afronta direta ao art. 2º, parágrafo único, incisos VIII e IX, da Lei nº 9.784/1999, que impõe à Administração o dever de buscar a verdade material e decidir privilegiando o aproveitamento dos atos administrativos válidos.

Portanto, a manutenção da desclassificação por erro meramente formal constituiria ato administrativo eivado de ilegalidade, desproporcionalidade e violação ao princípio da eficiência, passível de anulação judicial.

III – DA PROPORCIONALIDADE, RAZOABILIDADE E FINALIDADE PÚBLICA

O princípio da finalidade pública, consagrado no art. 2º, caput, da Lei nº 9.784/1999, impõe que toda decisão administrativa deve buscar o interesse coletivo. No caso em tela, o interesse público maior é selecionar a proposta tecnicamente mais qualificada, que atenda ao objeto do Edital, com execução territorial abrangente e equipe técnica capacitada.

Punir o proponente por erro de digitação, sem qualquer prejuízo à Administração ou violação à competitividade, contraria os princípios da razoabilidade e proporcionalidade previstos no art. 5º, da Lei nº 14.133/2021, que estende seus efeitos às parcerias públicas.

O TCU tem reiteradamente decidido que o formalismo excessivo não pode prevalecer sobre a busca do melhor resultado para a Administração, conforme Acórdãos:

- TCU – Acórdão nº 2622/2013 – Plenário:
“Erros formais e de fácil correção não devem ensejar desclassificação, sob pena de violação ao princípio da economicidade.”
- TCU – Acórdão nº 2894/2015 – Plenário:
“A desclassificação de proposta tecnicamente válida, em razão de vício meramente formal, afronta os princípios da proporcionalidade e do julgamento objetivo.”

Tais precedentes impõem à SEJUS/DF o dever de rever a decisão, pois a razão administrativa não pode ser substituída por formalismo burocrático, sob pena de ofensa ao princípio da eficiência administrativa (art. 37, caput, da CF/88).

IV – DA BOA-FÉ OBJETIVA E DO DEVER DE COOPERAÇÃO

Nos termos dos arts. 113 e 422 do Código Civil, a boa-fé objetiva e o dever de cooperação devem orientar toda relação jurídica, inclusive aquelas de natureza pública.

A Lei nº 13.019/2014 reafirma esse princípio em seu art. 3º, ao definir que a gestão das parcerias deve se basear na cooperação e transparência entre Administração e OSCs.

O Instituto Transformar e Renovar sempre pautou sua atuação pela honestidade, técnica e comprometimento social, sendo injusto e juridicamente indevido que um erro material, facilmente verificável e corrigível, seja usado como fundamento para desclassificação de uma proposta plenamente aderente ao edital e tecnicamente superior.

A desclassificação, nessas condições, não representa ato discricionário, mas ato vinculado à legalidade, devendo ser reformado de ofício pela Comissão de Seleção, nos termos do art. 53 da Lei nº 9.784/1999, que impõe à Administração o dever de anular seus próprios atos ilegais.

V – DO DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO E DO CONTROLE DE LEGALIDADE

O art. 50 da Lei nº 9.784/1999 estabelece que toda decisão administrativa deve ser motivadamente explícita, clara e congruente.

No presente caso, o ato de desclassificação limitou-se a mencionar o item 6.3.10, sem apresentar qualquer prova de descumprimento efetivo do edital, o que caracteriza motivação genérica e insuficiente, em desacordo com os princípios do devido processo administrativo.

Ao suprimir o direito de correção, a Comissão incorreu em violação aos princípios da ampla defesa e do contraditório, aplicáveis aos processos de chamamento público conforme art. 39 da Lei nº 13.019/2014.

VI – DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer o provimento integral do presente Recurso Administrativo, para que a Comissão de Seleção da SEJUS/DF:

1. Reconsidere e anule a decisão de desclassificação da Proposta nº 972, reconhecendo o erro material como vício formal sanável;
2. Restabeleça a proposta ao resultado de classificação final, mantendo a nota técnica de 26,00 pontos, a maior entre as concorrentes;
3. Subsidiariamente, determine a realização de diligência saneadora, autorizando a correção do campo de Regiões Administrativas na Plataforma Parcerias GDF/MROSC-DF;
4. Promova nova publicação do resultado com a reinclusão da proposta na ordem de classificação;
5. Comunique formalmente o resultado da análise deste recurso, garantindo a transparência e a segurança jurídica do certame.

Brasília/DF, ____ de novembro de 2025.